

Casas de África – Consumos e Objectos Domésticos no Contexto Colonial Moçambicano

Marta Vilar Rosales
Escola Superior de Comunicação Social Lisboa
CEMME/CRIA
mrosales@escs.ipl.pt

*“E construiu a sua grande casa da fazenda, com paredes de cimento branco e soalhos de cimento vermelho. Havia um grande jardim em frente e nos lados e uma sequência de quartos de hóspedes que davam directamente para a varanda principal, nas traseiras. Cada quarto de hóspedes tinha o seu quarto de banho com os acessórios da época. A zona dos criados era ampla; situava-se nas traseiras.”
(V.S. Naipul, *Uma Vida pela Metade*, Lisboa, D. Quixote).*

Este artigo tem como objectivo descrever e discutir as linhas dominantes que sobressaem dos discursos de um grupo de famílias¹ sobre os seus

¹ O grupo que integrou o estudo é composto por um total de 10 famílias, seleccionadas a partir de um conjunto de elementos partilhados: 1. a sua experiência de vida em Moçambique decorrer de um processo de migração com origem em Portugal; 2. a experiência de vida em Moçambique apresentar uma duração prolongada, intergeracional e, nesse sentido, assumir um posicionamento relevante nos discursos biográficos das famílias; 3. a experiência de vida em Moçambique ter sido interrompida após o processo de independência do país; 4. a partilha de um conjunto de elementos de caracterização sociográfica, quer na estrutura social colonial, quer no actual contexto português (idade, local de residência, qualificações escolares e profissionais, percursos profissionais e situações perante o trabalho); 5. partilha de uma matriz referencial cristã, independentemente das especificidades apresentadas ao nível das práticas religiosas efectivas. Sempre que possível foram entrevistados o máximo de membros de cada uma das famílias. No entanto, e devido à fase da vida em que a última geração a ter uma experiência de vida prolongada em Moçambique se encontra, a maioria dos registos integra fundamentalmente o contributo de homens e mulheres (muitos deles casais) que, tal como é descrito no artigo, se encontram na casa dos 50 e 60 anos. Relativamente às opções metodológicas realizadas, promoveu-se a realização de uma abordagem etnográfica ao longo de três anos, que incluiu a realização de trabalho de terreno em Maputo e na zona da Grande Lisboa. A recolha de informação sobre as “casas do passado” fez-se a partir da observação das “casas do presente” e, nalguns casos, da observação de algumas casas em Maputo. Assim, foram os objectos e as práticas de consumo doméstico retidas pelas famílias e integradas nos espaços domésticos “presentes” que promoveram e orientaram o exercício de recolha dos “discursos sobre as

espaços domésticos em Moçambique, no decorrer do período colonial. Fazendo parte de um projecto mais abrangente² em que se pretendeu integrar os contributos dos estudos sobre o consumo no quadro dos processos migratórios em geral e, mais especificamente, no contexto dos fenómenos de retorno das populações portuguesas residentes nas ex-colónias no decorrer dos processos de independência das mesmas, os princípios teóricos que informam esta discussão são os seguintes:

a) a afirmação da existência de uma relação significativa entre contextos culturais de pertença e práticas de consumo desenvolvidas (Douglas e Isherwood (1979); Appadurai (1986); Miller (1987); Howes (1998);

b) a afirmação da importância das práticas de consumo para a estruturação e desenvolvimento dos processos de (re)construção identitária, o que possibilita observá-las enquanto materializações específicas desses mesmos processos (Bourdieu (1979); Appadurai (1986); Miller (1987); Lury (1997);

c) a consolidação de um entendimento do consumo enquanto um conjunto específico de práticas que, ultrapassando largamente o âmbito da aquisição de produtos e serviços, se constitui como um processo social de utilização e reutilização de “coisas” as quais, enquanto resultado desse processo, vêm os seus significados ajustados, alterados e renegociados de acordo com as especificidades dos diferentes contextos em que são integradas (Appadurai (1986); Kopytoff (1986); Miller (1987, 1998), Warde (1996);

d) o pressuposto de que os objectos, longe de constituírem elementos “neutros”, devem ser perspectivados como entidades que participam activamente nos relacionamentos sociais e, nesse sentido, são co-responsáveis pela produção do contexto no qual “habitam” (Miller (1987, 1998); Warde (1996); Silverstone & Hirsch (1994); Lury (1997).

Partindo das premissas teóricas enunciadas, e muito embora o campo temático de análise das práticas de consumo transcenda claramente os limites do espaço doméstico, optou-se por restringir a análise realizada ao contexto específico da casa. Esta decisão resulta, uma vez mais, de um conjunto de pressupostos que, de acordo com contributos teóricos recentes, possibilitam tomá-lo como um enquadramento privilegiado de análise. Como referem Miller (2001) e Rapport & Dawson (1998), os

práticas” do passado. Complementarmente, recorreu-se ainda a imagens fotográficas e a pequenos registos vídeo cedidos gentilmente pelas famílias.

² O presente artigo integra uma das dimensões analisadas no quadro da tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural - “*As Coisas da Casa. Objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais*”, apresentada em Março de 2007, na FCSH/UNL.

espaços privados da casa fornecem não só um contributo significativo para o entendimento das apropriações realizadas pelos sujeitos no que respeita aos seus contextos de pertença, como podem ser tomados como uma representação significativa, no sentido de materializada, dos modos como estes entendem e se relacionam com esses mesmos contextos.

1. Breve caracterização das famílias em estudo

Antes de iniciar a apresentação e discussão das práticas de consumo domésticas das famílias em estudo no contexto das suas experiências de vida passada, importa proceder a um conciso exercício de caracterização das mesmas.

Observando em primeiro lugar uma descrição sumária de alguns dados sociográficos apresentados pelas famílias no presente, é de referir a existência de uma homogeneidade relativa no que respeita à idade média dos informantes, que ronda os 60 anos, ao local de nascimento que é, para a maioria dos indivíduos³, Moçambique, e às habilitações literárias que são, na generalidade e independentemente do género, elevadas (bacharelato, licenciatura e doutoramento). A conjugação da informação relativa às qualificações académicas com os dados referentes à profissão (as áreas científicas e técnicas são as mais representadas) e situação na profissão (quadros médios e superiores, profissionais independentes) permitem avançar com relativa segurança para um posicionamento actual da totalidade das famílias na grande categoria formal da classe média, mais precisamente nas subcategorias que se caracterizam pela posse de “capitais culturais” (Bourdieu, 1979: 12,14) mais elevados.

A tendência para a existência de uma uniformidade relativa entre as famílias mantém-se igualmente quando se observam os dados relativos ao seu posicionamento no quadro moçambicano, colocando-as numa posição privilegiada na estrutura social colonial, uma vez mais assente nos capitais culturais (elevados) apresentados pela primeira geração migrante, aos quais se aliam uma pluralidade de outros factores como o contexto temporal e histórico da chegada à colónia (finais do século XIX e primeiras décadas do século XX) e os factores que desencadearam a migração (sub-valorização das dimensões económicas).

³ Os dois indivíduos que constituem excepção nasceram em Portugal mas migraram para Moçambique durante a primeira infância.

As formulações argumentativas através das quais estas especificidades são narradas permitiram, em segundo lugar, dar conta de uma originalidade presente nos discursos dos entrevistados. A sua confirmação coexiste com uma segunda linha argumentativa que, muito embora se estruture recorrendo a referentes diferenciados, tende a descrever os posicionamentos da população de origem europeia de um modo não discricionário. Observe-se sinteticamente este segundo exercício de posicionamento identitário.

O primeiro elemento significativo passa pela confirmação da pertença à categoria geral proporcionada pela nacionalidade portuguesa. A sua afirmação apresenta, contudo, uma formulação particular uma vez que se expressa fundamentalmente através da afirmação da diferença em relação aos “portugueses da metrópole”. Ser português, mas ser simultaneamente “diferente”, é a formulação encontrada para, não negando a pertença à fracção dominante da sociedade colonial, sublinhar a existência de traços identitários igualmente centrais que decorrem da experiência de vida em África.

Este dado estabeleceu a necessidade de observar em detalhe os discursos relativos aos encontros proporcionados pelo contexto colonial. Reforçando as linhas gerais recolhidas através de um conjunto restrito de contributos teóricos⁴, as famílias em estudo apresentam, na generalidade dos casos, uma argumentação que tende a descrever a sociedade colonial moçambicana como uma sociedade fortemente estratificada, integrando princípios de legitimação formal de “separação” dos diferentes grupos étnicos que a compunham. Esta constatação revela não só a inexistência de relacionamentos de proximidade com o “outro”, excepção feita ao “*peçoal doméstico*” e a “*situações decorrentes do exercício profissional*”, mas igualmente um desconhecimento indiferenciado sobre o mesmo. Este modelo discursivo encontra-se presente, não só em relação à população africana, mas também em relação à generalidade dos outros grupos étnicos presentes em Moçambique e encontra correspondência nas descrições efectuadas por Gosden e Knowles (2001) sobre o modelo de relacionamento colonial dominante da Nova Guiné. Tal como no caso

⁴ Ver, por exemplo: Henriques, I. C. (1999), “A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquias, Quotidianos”, in Bethencourt, F. e Chaudhuri, K. (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, v. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 216-274; Leonard, Y. (1999a), “O Império Colonial Salazarista”, in Bethencourt, F. e Chaudhuri, K. (orgs.), *História da Expansão Portuguesa*, v. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 10-30; Zamparoni, V. (2000), “Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e Racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940.”, *Lusotopie*, Paris, Karthala.

estudado pelos autores, o discurso das famílias aponta no sentido de uma “*cultura colonial de negação*” (supra, 2001: 10) da existência de laços e relacionamentos sociais permanentes entre os diferentes grupos presentes no mesmo contexto:

“At the level of cultural representations, the constancy of these social links, the dependencies they set up for all the parties involved, and the true nature of power within these relationships was not acknowledged. We would see colonial culture in New Guinea as being in a state of denial, especially on the part of whites, so that forms of representation contained no recognition at all the depth of mutual implication of blacks, whites and asians.” (supra, 2001: 10).

Assim, a expressão “*não nos dávamos*”, utilizada permanentemente pelos entrevistados para descrever as modalidades de relacionamento com os “outros”, poderá não ser apenas reveladora da existência de mecanismos que propiciavam existências quotidianas em enquadramentos tendencialmente “autonomizados”, mas também do que Gosden e Knowles (2001: 10-14) descrevem como uma incapacidade para a construção de um instrumento conceptual que permitisse entender e perspectivar os “encontros” entre os diferentes grupos.

No confronto entre o “nós” e os “outros”, o discurso das famílias apresenta uma excepção importante no que respeita ao modelo aqui apresentado – as representações existentes em relação aos relacionamentos com a comunidade inglesa. Apesar de constituírem o grupo dominante e conseqüentemente representante do “poder colonial” e da afirmação de Moçambique enquanto “parte integrante do mundo português” não ser questionada, a presença inglesa na colónia detém, para a grande maioria das famílias em estudo, um papel decisivo em múltiplas dimensões da sua experiência de vida. Assumindo uma configuração abrangente, a “*influência inglesa*” é avaliada muito positivamente. As referências com maior expressividade desenvolvem-se sobretudo em torno de duas questões: a sua afirmação enquanto recurso identitário para a constituição de “*uma forma de ser e de estar*” diferenciada, por confronto com a representação dominante do “*português da metrópole*”, e a sua materialização num conjunto de práticas quotidianas muito diversificadas.

Descrito pelos próprios entrevistados como um processo de “aprendizagem”, este exemplo de alteração e reenquadramento do “*habitus*” encontra correspondência nas propostas conceptuais desenvolvidas por Bourdieu (1979). Num contexto colonial marcado por múltiplos exemplos de “mimetismo” (Bhabha, 2002: 86), o recurso por

parte do grupo dominante a uma estratégia de reavaliação e integração de um conjunto de práticas diferenciadas assume contornos marcadamente distintivos. Considerada como “*superior e mais avançada*”, a “*cultura inglesa*” presente em Moçambique e nas colónias vizinhas constitui um património importante ao qual é possível aceder e que proporciona um conjunto considerável de recursos que, quando apropriados, se podem estrategicamente accionar enquanto ferramentas de reprodução e legitimação da “distinção”. Nesse sentido, este traço específico da sociedade colonial moçambicana é fundamentalmente referido para estabelecer, legitimar e reforçar distâncias menos em relação aos restantes grupos étnicos, mas fundamentalmente no contexto do grupo alargado composto pela população de origem portuguesa em que as próprias famílias se inserem.

2. Consumos Domésticos

A informação constante neste ponto encontra-se, por razões analíticas, dividida em três grandes conjuntos: opções decorativas (mobiliário e outros objectos domésticos), práticas alimentares e um conjunto restrito de consumos específicos (literatura, música e artes plásticas). Esta separação formal não deve ser entendida como indiciadora de lógicas de estruturação específicas para cada um dos agrupamentos criados. Pelo contrário, e apesar de nalguns casos pontuais ser possível distinguir aspectos originais ligados a práticas de consumo determinadas, a generalidade dos registos obtidos aponta no sentido de um conjunto de princípios comuns que conduzem e organizam a generalidade dos processos de consumo das famílias, dos quais se dará conta na parte final do texto.

2.1. Opções decorativas: mobiliário e objectos domésticos

A discussão dos registos obtidos acerca das diferentes casas habitadas pelas famílias iniciou-se partir de uma formulação comum e muito reveladora: “*todas as casas eram decoradas ao estilo europeu*”. Afirmado este princípio geral, as argumentações que o sustentam, isto é, que explicitam o que se entende por “*estilo europeu*”, desenvolvem-se sobretudo a partir de duas linhas argumentativas. A primeira, mais restrita, tende a descrever as opções decorativas assumidas como uma reprodução das modalidades metropolitanas. A segunda, mais ampla, não restringe as influências à metrópole e promove um entendimento do termo “*europeu*” mais vasto, englobando sobretudo objectos e “estilos”

definidos como “ingleses” e/ou “franceses”. O recurso a qualquer destas duas modalidades é, por vezes, complementado com o termo “ocidental”, utilizado como equivalente ao termo “europeu”.

“Todas as casas da família foram decoradas com peças e mobiliário importados da Europa, muitas delas compradas em antiquários de diferentes países. Eram peças originais. Nas outras casas decorava-se à europeia mas, em muitos casos, com réplicas produzidas, quer em Portugal, quer em Moçambique”.

Para além de ilustrativo da diversidade de sentidos a partir dos quais a descrição das casas enquanto “europeias” é empregue, o segmento da entrevista apresentado avança um conjunto de indicadores significativos. O primeiro prende-se com o facto das opções decorativas tomadas serem, para algumas famílias, explicitamente entendidas como uma manifestação dos seus posicionamentos na estrutura colonial. O segundo remete para a existência de uma diversidade relativa de formas de acesso e de aquisição dos objectos necessários à concretização desses mesmos projectos. Intimamente ligados, os dois aspectos constituem um contributo importante para o entendimento das diversidades integradas na caracterização de âmbito geral apontada inicialmente.

De acordo com os entrevistados, a escolha e aquisição de objectos e mobiliário para a casa era realizada a partir de um conjunto de recursos diversificado: estabelecimentos que os disponibilizavam via importação da metrópole e de outros países europeus, possibilidade de realizar encomendas directas, quer a produtores nacionais, quer a produtores e comerciantes estrangeiros, recurso aos objectos disponíveis no mercado sul africano vizinho e existência de uma indústria de mobiliário local que, a partir dos moldes originais (sobretudo portugueses), produzia réplicas de mobiliário “europeu” recorrendo a matéria prima local (sobretudo madeiras). Embora exista uma representação geral muito positiva acerca da qualidade das madeiras africanas utilizadas na indústria e um discurso elogioso sobre a qualidade técnica dos artífices que se dedicavam à manufactura de objectos e móveis, a distinção entre “originais” e “réplicas” é claramente explicitada, como ficou patente no extracto de entrevista anteriormente apresentado. É sobretudo a partir desta distinção que se estabelecem os critérios de hierarquização dos objectos presentes nos espaços domésticos decorados “à europeia”. Para além da valorização clara dos padrões estéticos ocidentais, a preocupação das classes melhor colocadas assenta igualmente na capacidade para sustentar e materializar a existência de uma demarcação clara entre autenticidade e cópia. Como refere uma das entrevistadas:

“Em Moçambique existem várias madeiras, por acaso muito bonitas, em que toda a gente mandava fazer móveis. Só que, às tantas, as casas ficavam todas iguais. (...) Os meus pais nunca compraram nada nessas madeiras e eu só tenho um móvel. Haviam lojas de decoração que mandavam vir peças de Portugal e de outros países europeus e os meus pais, tal como muitos outros, só compravam mobiliário europeu que se encontrava à venda lá. (...) No final havia também muito a moda de ir à fronteira comprar coisas. (...). Agora, as coisas europeias eram sem dúvida as mais valorizadas. As pessoas vinham de férias à Europa e compravam muitas das coisas que necessitavam.”

A segunda questão surgida no contexto desta temática encontra-se relacionada com a primeira e respeita à modalidade expressa pelas famílias para confrontar as suas opções decorativas “*de estilo europeu*” com os demais estilos potencialmente existentes no mesmo contexto. Mais uma vez é utilizada uma formulação de carácter geral: a valorização atribuída às opções realizadas encontra correspondência numa depreciação do que é normalmente designado por “*objectos africanos*”. Embora esta questão represente um campo de discussão complexo (sobretudo no que respeita à diversidade de posicionamentos expressos face às produções artísticas africanas), é possível afirmar a existência de uma representação dominante no conjunto de famílias – a introdução de objectos africanos nas práticas decorativas e a sua possível conjugação num contexto dominado pelo “*design europeu*” era desvalorizada:

“Não se usava nada disso. A única coisa que se podia ter, e que muita gente tinha, era os dentes de elefante, o que até era considerado um bocadinho de ostentação. Ou uma mesa com patas de elefante. Não sei, eu nunca apreciei isso. O marfim fazia-me impressão e as aldeias indígenas, achava horrível. E ninguém tinha. Tudo tinha a sua casa à europeia. (...) Usar capulanas... Para vestir, nunca! Que horror, era ridículo. O que às vezes fazíamos era adaptarem-se, aquelas que eram muito bonitas, para pareos de praia. Mas não usávamos lá. Vínhamos para a Europa e usávamos cá. Lá não, não ficava bem. Nem se usava para a decoração das casas, nem batiks, nem capulanas, nem nada disso.”

“Havia muitas casas, e até não se podia dizer que fossem as casas mais pobres, onde havia a ideia de se pôr uma pele no chão. Havia muitas casas com a pele de um bicho logo à entrada (leopardo, zebra e antílope). Depois havia os cinzeiros de pé alto, em pau-preto. (...) As esteiras também eram por vezes utilizadas para o corredor, enquanto passadeira. Mas não era generalizado.”

Como é visível pelos excertos das entrevistas, a presença de “*objectos africanos*”, a existir, assume um posicionamento secundário face aos restantes objectos que habitam as casas. Este facto encontra-se evidenciado nestas transcrições por contraponto com os “*objectos europeus*”, mas é igualmente visível no que respeita a todo um outro conjunto de objectos, sobretudo de origem “*chinesa*” e “*indo-portuguesa*”.

Antes de analisar os registos obtidos face a estas duas últimas categorias, importa explicitar melhor o que se entende por “*objectos africanos*”.

De acordo com os discursos dos entrevistados, na categoria “*objectos africanos*” encontram-se agregados um conjunto muito diversificado de coisas: elementos que decorrem directamente da fauna existente em África (peles, patas e dentes de animais), objectos resultantes da produção artesanal das populações africanas (esculturas em madeira e osso, máscaras) e ainda tapeçarias (esteiras) e têxteis (capulanas, inicialmente importadas de Java e posteriormente fabricadas em Moçambique, e batiks).

Definidos, no decorrer do período colonial, como “*banais*”, os objectos incluídos neste grupo eram, segundo uma informante entrevistada em Maputo, apreciados sobretudo pelos colonos europeus pertencentes às franjas mais baixas da estrutura social – “*os colonos do Alto Maiê*” – e, posteriormente, pelos militares portugueses presentes no território por causa da guerra. Mesmo nestes casos, e como mais uma vez refere a mesma entrevistada, “*temo que os comprassem porque eram feitos em pau-preto, e não porque fossem arte Maconde. Aliás, o que as pessoas queriam eram sobretudo “últimas ceias” ou uma “nossa senhora”*”. Uma vez mais explicita-se a relação existente entre práticas e opções decorativas e a posição ocupada na estrutura social, reforçando o que se tinha afirmado anteriormente.

Este posicionamento face à generalidade dos objectos incluídos na categoria “*africanos*” tende a sofrer uma alteração relativa na última década da presença colonial em Moçambique. A tímida afirmação de uma produção artística africana no campo das artes plásticas promove, se bem que em relação a um conjunto muito restrito de produções, uma inflexão nos discursos de algumas das famílias. A categoria “*objectos africanos*” passa, nalguns destes casos, a assumir contornos plurais através dos quais se promove uma distinção entre “*os objectos vendidos na rua*” e a produção de um pequeno agregado de artistas africanos.

A desvalorização atribuída aos “*objectos africanos*” não é reproduzida face às outras duas categorias referidas. As peças “*orientais*” ou “*chinesas*”⁵ e as “*indo-portuguesas*”⁶ são valorizadas positivamente e

⁵ Os dois termos são usados como equivalentes pelos sujeitos para se referirem à mesma categoria de objectos. Pelo que me foi dado a observar, as peças “orientais” correspondem exclusivamente a objectos importados da China.

⁶ De acordo com Thomaz (1998: 272), o mobiliário “indo-português” constitui um exemplo do hibridismo que marca a generalidade das expressões artísticas goesas. A

integravam a generalidade das casas das famílias. O acesso a este tipo de objectos chega mesmo a ser descrito como um “*privilégio*” decorrente da existência de um contingente alargado de migrantes oriundos da China e de Goa.

“Nos anos 50 e 60 começa a haver, bom antes já havia mas ganhou força nessa época, coisas muito bonitas que as colónias chinesas traziam do oriente. Havia lojas com coisas muito bonitas, lojas de jade, de porcelanas, que cá (em Portugal) não haviam e não eram conhecidas. Aliás, nós aprendemos a apreciar lá com os chineses. E então era muito curioso porque havia casas em que se fazia questão em ter peças chinesas e, ultimamente, quase todas as casas tinham. (...) Os serviços de Cantão, os serviços de chá de Bago de Arroz, os Mandarins, os Clazonêz. Estavam todos incluídos nos próprios enxovais.”

Como fica patente pelo exemplo apresentado, a grande maioria das referências a objectos chineses diz exclusivamente respeito às porcelanas. Embora existissem igualmente objectos de uso corrente, os discursos tendem sobretudo a sublinhar a existência de “*peças de muitíssima qualidade, como dificilmente se encontrava na Europa*”. A argumentação apresentada em relação ao mobiliário com a mesma origem é muito semelhante mas, em muitos casos, é-lhe acrescentado o elemento “*antiguidade*”.

As referências a objectos “*indo-portugueses*” são de âmbito mais limitado. Restringindo-se exclusivamente ao mobiliário, a grande maioria das entrevistadas refere a existência em suas casas de apenas alguns objectos, sobretudo cadeiras e cadeirões com espaldares em palha entrelaçada, mesas e arcas em madeira. Tal como os objectos chineses, também a sua qualidade e design são valorizados positivamente.

A representação positiva face a este conjunto de produtos “*não europeus*” não deve, no entanto, ser interpretada como um desvio às opções decorativas anteriormente enunciadas. De acordo com as entrevistadas, os objectos “*chineses*” e “*indo-portugueses*” presentes nas suas casas, longe de representarem uma “*concessão*” em termos de estilo, integravam-se perfeitamente na lógica dominante de um projecto decorativo “*à europeia*”. Nesse sentido, a sua presença não deve ser entendida como uma inversão nas lógicas que organizam os projectos de constituição e

influência portuguesa é sobretudo notada pela introdução de uma série de móveis (mesas, cómodas, *chaise-longues*, canapés) dos quais os hindus faziam uso restrito. Na generalidade, a concepção das peças denota uma forte influência portuguesa, ao passo que a sua decoração é marcada por uma influência indo-muçulmana. Ainda segundo o mesmo autor (supra: 1998: 272), o mobiliário indo-português alcançou uma celebridade considerável, pelo que parte da sua fabricação era realizada visando a exportação

decoreção da casa, mas antes como a expressão da capacidade para integrar elementos desde há muito valorizados no Ocidente. Como refere uma das entrevistadas:

“As pessoas quando vinham a Portugal traziam quase sempre, para oferecer, porcelanas chinesas e arcas indo-portuguesas. Toda a gente trazia. Os familiares pediam porque cá, ou não havia, ou era um preço que não se podia. Saíram milhares dessas peças de Moçambique para cá.”

A terceira questão relevante acerca da temática prende-se com a existência de um investimento explícito num conjunto de elementos estatutários e de distinção social. Os discursos das famílias indiciam a existência de um *habitus* (Bourdieu: 1979) específico, isto é, de uma “*forma de ser e de estar*” diferenciada, quer em relação à origem, quer em relação aos demais grupos sociais presentes na colónia.

“Lá (em Moçambique) havia sempre um certo cuidado, mesmo nas classes médias, em ter uma boa apresentação (em casa). Na classe média baixa eram capazes de ir com os tachos à mesa. Mas normalmente isso não se via. Havia sempre um certo cuidado. A garrafa de vinho não ia à mesa. Havia assim uns princípios que eu sempre achei que eram de lá.”

Como os pormenores inscritos neste extracto indiciam, o investimento realizado (neste caso, na composição das mesas de refeições) é elucidativo do modo como os espaços domésticos constituíam um terreno central de explicitação e confirmação das estratégias de demarcação social do grupo. Isto é, para além de ilustrarem e funcionarem enquanto materialização dos elementos identitários fundamentais do grupo, as coisas presentes na casa e as modalidades que marcam os seus usos constituíam igualmente um recurso importante para a afirmação e consolidação desses mesmos atributos.

2.2. Práticas alimentares

As questões relativas às práticas alimentares mereceram grande destaque nos discursos dos entrevistados e desempenham um papel muito importante nas descrições apresentadas, quer sobre os quotidianos domésticos, quer em referências de carácter mais generalista acerca das experiências vividas em Moçambique. O recurso a expressões directamente relacionadas com alimentos e sabores é frequente e muitas vezes utilizado no sentido de expressar um sentimento nostálgico em relação ao período da vida em causa. Esta especificidade vai ao encontro das afirmações sugeridas por Pedridou (2001), no que respeita à centralidade desempenhada pela alimentação na evocação da origem em

contextos de migração. Segundo a autora, as práticas alimentares integram uma combinação de sentidos e, por isso, são especialmente eficazes para a recordação da “casa de origem” enquanto totalidade sensorial:

“Food serves as a vehicle for the recreation of this world, which is constituted of meanings and definitions as much as it is of objects. (...) Through its link to sensual totality, food can evoke in a unique way the sensory landscape of home and restore fragmentation through the “return to the whole”.” (supra, 2001: 89).

O primeiro aspecto relevante no discurso das famílias prende-se com a afirmação de uma distinção entre “alimentação quotidiana” e a elaboração de ementas no âmbito de eventos sociais.

No que se refere ao dia-a-dia, as descrições apontam para uma preferência por uma alimentação descrita como “*tipicamente portuguesa*”, composta por refeições de confecção simples, embora cuidada:

“Em Moçambique comia-se, no dia-a-dia, comida portuguesa. Comia-se bacalhau, bife, carne assada. De diferente, talvez o porco. Não se comia muito porco porque o clima era muito quente e não havia o hábito de se fazerem muitos pratos de porco por essa razão”.

Esta formulação, através da qual se promove a ideia de uma continuidade dos traços gerais da gastronomia portuguesa, é interrompida em dois momentos fundamentais: o chá, sempre descrito como “*tipicamente inglês*”, e o almoço de domingo, “*tradicionalmente*” constituído por um prato de caril. Observem-se dois exemplos:

“Comia-se comida exclusivamente portuguesa, com excepção do caril. Usava-se sobretudo o caranguejo, para fazer o caril de domingo. Era uma mania. Ao domingo cheirava a caril nas ruas”.

“Os chás não tinham verdadeiramente nada que ver com os chás daqui. Tinham uma coisa tipicamente inglesa que eram as sandes. Eram uma maravilha. O pão era cortado pequenino. Um centímetro de pão. Depois eram recheadas com, desde espargos e pepinos com maionese, ou queijo fresco e tomate, até atum ou galinha muito picadinha com maionese, uma delícia. E depois, quando se comia, não se sentia o pão. Isto era tipicamente inglês”.

Para além destas duas excepções, é ainda de notar uma terceira referência – “*a comida chinesa*” que, embora não fizesse parte das rotinas alimentares no contexto doméstico, é frequentemente citada:

“Comia-se muita comida chinesa, mas nos restaurantes. Enquanto que a comida indiana, nomeadamente o caril, toda agente sabia fazer, a comida

chinesa quase nunca se fazia em casa. Haviam muitos restaurantes e as pessoas iam muito.”

Dado que a comida chinesa constitui um consumo exterior à “casa”, a análise das práticas alimentares quotidianas centrar-se-á fundamentalmente nos elementos apontados pelos entrevistados: a opção por reproduzir as práticas alimentares portuguesas e a existência das duas originalidades gastronómicas apontadas: o “*caril de domingo*” e o “*chá das cinco*”.

No que respeita às práticas alimentares caracterizadas como “*portuguesas*”, as descrições recolhidas apontam no sentido de uma valorização positiva dos hábitos alimentares de origem, com algumas adaptações devidas ao clima quente e à relativa dificuldade de se encontrarem alguns alimentos nos mercados locais. São frequentes as referências a pratos confeccionados com bacalhau, ao “*cozido à portuguesa*” e ao recurso à carne de vaca como ingrediente de base de muitas das refeições quotidianas. A manutenção do património gastronómico português torna-se particularmente evidente em determinados momentos festivos do ano, como o “*São Martinho*” ou “*Os Santos Populares*”, celebrados a preceito e de acordo com a tradição popular:

“No São Martinho, em Novembro e em plena África, comíamos castanhas assadas, tudo mandado vir de Portugal, broa de milho, caldo verde, acompanhado de “fadros e guitarradas”. (...) No jardim, servíamos chouriço assado, sardinhas assadas, e toda a gente gostava muito. Mesmo as pessoas nascidas lá. Era tipicamente português. Naquela época até ficava bem gostar de comer coisas portuguesas.”

Este extracto constitui apenas um exemplo de entre um registo plural de afirmações realizadas com o mesmo intuito: a explicitação deste conjunto de práticas de consumo como um traço identitário em que a ligação a Portugal é evidenciada. Uma vez que, como foi afirmado na breve caracterização das famílias em estudo, as representações gerais face à metrópole evidenciam um posicionamento distanciando e, por vezes, muito crítico, procurou confrontar-se os entrevistados com esta particularidade. Da sua clarificação resulta um segundo factor central para a discussão da temática em análise: o desconhecimento, a desvalorização e a resistência existentes face a uma categoria de alimentos denominados como “*africanos*”. Isto é, a valorização da “*comida portuguesa*” faz-se sobretudo por contraponto com a “*comida africana*”, normalmente referenciada como a “*comida deles*”.

Se em relação à decoração e ao mobiliário presentes na casa a desvalorização dos produtos apontados como africanos era já evidente, no que respeita às práticas alimentares assiste-se claramente a um reforço do discurso nesse sentido. Mais do que resistir e depreciar os produtos e consumos tidos como africanos, o discurso apresentado pela maioria das famílias denota a existência de um desconhecimento generalizado acerca de um conjunto de práticas alimentares com as quais tinham uma proximidade efectiva, dado que ocorriam quotidianamente nos seus contextos domésticos.

“Vamos lá ver. Quando vivíamos lá, aquilo era Moçambique, mas também era português, portanto não nos identificávamos tanto com a cultura moçambicana. Podíamos reconhecê-la, mas não chegava ao ponto de integrarmos muita coisa. Éramos portugueses com muita honra. Fazíamos os nossos pratos. Aquilo era a comida deles, e muitas vezes nem queríamos saber se era boa, se era má. Não provámos sequer.”

Este exemplo ilustra os posicionamentos mais recorrentes na generalidade dos registos recolhidos. A demarcação face às práticas alimentares africanas torna-se um elemento fundamental para o entendimento das constantes referências às tradições gastronómicas portuguesas que cumprem, nesse sentido, uma função instrumental fundamental – a afirmação de um traço identitário marcadamente distintivo em relação às populações africanas. Sendo importante, este não é porém o único factor a reter. Embora contrariando parcialmente as representações dominantes expressas sobre a metrópole, as práticas alimentares constituem um dos domínios em que as ligações à origem se evidenciam particularmente, mesmo quando essa relação tende a ser explicitamente desvalorizada. Como referiu um dos entrevistados traduzindo um posicionamento singular no conjunto das famílias em estudo:

“Às vezes pergunto a quem se afirma moçambicano: porque é que te dizes moçambicano? Porque gostas de mangas verdes e castanha de caju? Se isso é ser moçambicano... Se eu tiver que conviver com uma família humilde portuguesa, que não tenha nada que ver comigo, mas que me convide para almoçar uma sopa em sua casa, eu sou capaz de reconhecer essa sopa. São as raízes culturais com as quais me identifico. Agora, se um preto me convidar para ir jantar à sua palhota, eu fico-lhe igualmente grato, mas não sei identificar o que eles comem. Não fui habituado a comer e a reconhecer essas coisas.”

Face a este quadro geral, o *chá* e o *caril de domingo* constituem duas referências importantes nos discursos das famílias de origem portuguesa. A sua centralidade advém de dois factores interrelacionados: o primeiro prende-se com a originalidade que assumem no conjunto dos consumos alimentares quotidianos e o segundo com a relevância que lhes é

atribuída pelas famílias, que os descrevem como elementos fundamentais da “identidade colonial moçambicana”: “*se cá (em Portugal) fazemos um caril de borrego ou de galinha, perguntam-nos logo se somos de Moçambique. Localizam-nos logo*”.

Embora muito distintos quanto à sua origem, tanto o hábito quotidiano do chá como a confecção do *caril ao domingo* assumem o estatuto de “tradição” nos discursos acerca dos consumos alimentares no geral (são os dois elementos mais referenciados) e constituem, na opinião das famílias, dois referentes incontornáveis das suas experiências de vida em Moçambique.

O hábito do chá, que assume o estatuto de “instituição” e de “um ritual obrigatório”, constitui um dos exemplos mais marcantes de materialização da “influência inglesa” na colónia. Descrito como “totalmente diferente dos chás daqui (Portugal)”, desempenhava um papel importante no contexto das práticas de sociabilidade feminina dos grupos sociais melhor posicionados.

No que respeita ao *caril*, os discursos tendem a apresentar uma formulação diferenciada da utilizada em relação ao chá. Referenciado como um “hábito de Moçambique”, as ligações do chá à cultura inglesa são quase sempre referidas. O mesmo não se passa em relação ao *caril*. Recorrentemente descrito como “prato nacional” ou “comida típica moçambicana”, assume o estatuto de uma prática alimentar partilhada pela generalidade da população de origem europeia e, inclusive, pelos próprios africanos. Apesar de todos os entrevistados referirem a sua origem “indiana”, este aspecto não merece o destaque atribuído à origem do chá, pelo que não foram apresentadas grandes justificações para o facto de ter sido apropriado ao ponto de constituir a refeição familiar de domingo mais popular.

As diferenças encontradas nas descrições destas duas especificidades remetem para um terceiro factor a destacar: o facto de a alimentação quotidiana e as refeições integradas em contextos de sociabilidade constituírem dois registos distintos.

Sendo a casa um espaço privilegiado de convívio e lazer, as refeições organizadas como suporte destes momentos assumem um carácter tão ou mais importante que as descrições sobre as práticas alimentares quotidianas. “Receber em casa”, é quase sempre associado à necessidade de organizar uma refeição específica, por vezes para um número apreciável

de pessoas. Apesar da confecção dos alimentos e, nalguns casos, a própria estruturação das ementas estar a cargo do pessoal doméstico, a organização e a supervisão gerais recaíam sobre as mulheres da família que assumiam esta tarefa de modo especialmente investido. A centralidade desta dimensão da vida doméstica é explicitamente confirmada pelas entrevistadas, que referem a existência de uma “*verdadeira competição entre as senhoras*” para afirmarem as suas qualidades e originalidades na área.

Da confrontação dos discursos produzidos sobre os consumos quotidianos com as descrições apresentadas sobre a concepção das refeições ligadas a momentos de sociabilidade ressaltam duas notas distintivas. A primeira prende-se com a relativização das “*tradições tipicamente portuguesas*”, em favor da adopção de um repertório mais “*internacional*”, se bem que ocidental. A segunda remete uma vez mais para a centralidade estratégica que esta dimensão assume na afirmação e reforço de uma identidade social claramente demarcada.

No que respeita às refeições principais (almoços e jantares), a referência a “*pratos portugueses*” é intercalada com outras que explicitam a integração de referentes com origens diferenciadas, sobretudo inglesa e francesa. Os pratos “do quotidiano” anteriormente mencionados (incluindo o caril) são substituídos por outras criações mais “*sofisticadas*”. Esta tendência é ainda mais visível nas descrições realizadas sobre as ementas do *chá*, constituídas exclusivamente a partir da “*tradição inglesa*”. O investimento na escolha e confecção das refeições é complementado por uma apresentação cuidada das mesmas. A utilização de termos como “*sofisticação*”, “*requinte*”, “*cuidado*” e “*bom gosto*” são retomados e, uma vez mais, reafirmam e reforçam, ao nível das práticas, a existência de um *habitus* distintivo.

“Lembro-me muito bem do requinte das refeições em casa dos meus avós. Se a toalha era de Viana do Castelo, porque era um almoço mais simples, a baixela era em tons de azul. Se a toalha era em tons de verde, saía o serviço de Alcobaça. Se a toalha era de Veneza ou Jaipur, tinham uma série de serviços Vista Alegre especiais. (...) As mesas eram dignas de se ver. As flores, orquídeas, tudo muito bem arranjado, tudo com muito gosto em receber.”

2.3. Artes plásticas, música e literatura

No conjunto das práticas de consumo analisadas, esta temática representa a única que não apresenta um discurso claramente dominante. De facto, se em relação à gestão e organização da casa, às opções

decorativas e às práticas alimentares, a grande maioria das famílias tende a apresentar um registo concertado, o mesmo não se passa em relação a estes consumos específicos, sobretudo no que respeita aos últimos anos vividos em Moçambique (décadas de 60 e 70). Uma vez que esta originalidade reporta a um período temporal muito específico, em primeiro lugar observar-se-ão a generalidade dos registos existentes sobre a temática, retomando-se posteriormente esta questão.

Os consumos de arte, música e literatura em Moçambique são, segundo os entrevistados, marcados por dois elementos importantes: a existência de mecanismos formais de censura instituídos pelo Estado Novo, por um lado, e a possibilidade efectiva de os contornar, por outro.

“Era frequente ir-se fazer compras à África do Sul e à Rodésia. Eles tinham tudo lá. Já estavam na sociedade de consumo. Tínhamos acesso a muita coisa quem em Portugal estava proibida, ou não existia mesmo. Antes da censura proibir os livros na metrópole, já nós os tínhamos lido lá”.

Todos os entrevistados partilham a mesma representação: se os constrangimentos impostos pela censura durante o Estado Novo se faziam sentir em Moçambique, tal como em qualquer outro território português, a proximidade com a África do Sul e com a Rodésia permitia-lhes contornar de modo particularmente eficaz as limitações impostas por uma política restritiva e culturalmente “*fechada sobre si própria*”. Como sublinha uma das entrevistadas, “*a África do Sul não tinha só coisas inglesas e sul-africanas. A África do Sul tinha tudo: coisas francesas, americanas, italianas*”.

Este aspecto é, uma vez mais, mobilizado para reforçar as distâncias face “*às mentalidades da metrópole*”. Embora a maioria dos entrevistados não se refira directamente aos seus padrões de consumo particulares, o facto de não se encontrarem limitados às produções disponíveis nos mercados controlados por Portugal é frequentemente sublinhado como um vector importante de afirmação de um “*cosmopolitismo*” contrastante com a rigidez imposta pelas políticas do Estado Novo.

O quadro estabelecido pelas famílias face a esta questão encontra correspondência nos discursos sobre um conjunto plural de outras dimensões, no contexto das quais as práticas de consumo apenas representam uma das vertentes. O recurso às antigas colónias inglesas como complemento aos bens e serviços existentes em Moçambique era frequente e diversificado. No entanto ele assume um carácter especialmente importante no que se refere a este tipo específico de

consumos, uma vez que permite explicitar o acesso e a incorporação de um *capital cultural* contrastante com a generalidade dos “portugueses”. Como resume um dos entrevistados:

“Ia-se com frequência à Rodésia e à África do Sul. (...) Naquela altura ambos estavam muito à frente, em tudo. Ia-se para ir ao médico, para ver as novidades e também para estudar. Era outra forma de se assumir um outro elitismo. Era importante os filhos irem estudar lá e, mais do que isso, aprenderem a falar em inglês. Só o facto de se estar a estudar numa civilização mais evoluída e de falar inglês dava às pessoas um estatuto muito elevado. (...) Todos os meus irmãos estudaram na África do Sul”.

O terceiro factor a salientar em relação a este conjunto específico de práticas de consumo prende-se com as representações existentes em relação ao que os entrevistados denominam como “*expressões artísticas africanas*”. Da análise dos registos obtidos sobressaem duas linhas relevantes: a primeira, partilhada pela generalidade dos entrevistados, reflecte a existência de um posicionamento de desvalorização sistemática das produções africanas até meados da década de 60; a segunda, embora presente apenas em parte dos discursos recolhidos, dá conta de uma alteração parcial nas representações existentes face a estas produções nos últimos anos da presença colonial.

Reflectindo um enunciado próximo ao exposto sobre a inclusão de “objectos africanos” na decoração das casas, as primeiras afirmações recolhidas sobre as produções realizadas por africanos deixam transparecer a existência de uma atitude dominante de claro desconhecimento e desvalorização das mesmas. Como referiu um dos informantes privilegiados entrevistados em Maputo, as expressões artísticas africanas, para além de raras, não eram reconhecidas enquanto tal pela generalidade da população da colónia.

“Do ponto de vista estético, a corrente dominante era sem dúvida europeia. Assim, era muito raro as pessoas terem em casa arte africana. Muito, muito raro. Por exemplo os meus pais tinham uma série de coisas do Jacob, que é considerado pelos críticos como o pai da pintura moçambicana. Mas tinham porque a minha mãe era professora e ele, muitas vezes, pagava as propinas da escola com um quadro. Ele sabia que a minha mãe gostava de arte. Mas não era nada normal. (...) Eu lembro-me que tínhamos inúmeros pintores e escultores de origem portuguesa e indo-portuguesa. Alguns, como o Eugénio de Lemos, tinham um estilo até muito “free”. Mas não era a mesma coisa que depois se afirma com o Malangatana. O núcleo de arte era constituído por artistas brancos. O próprio António Quadros continua a ter toda aquela temática Beirã, mas utiliza cores que têm a ver com o facto de ter vivido connosco. (...) O mesmo se passava com a música. Não me lembro de haver

música publicada, gravada, negra. Eu, por exemplo, gostava muitos dos coros africanos, mas os meus pais nem sequer consideravam aquilo artístico”.

Esta exposição é confirmada pela generalidade das famílias. Não existem quaisquer menções que explicitem uma relação de proximidade com expressões artísticas africanas no contexto doméstico e, mesmo no espaço público, os contactos existentes assumem contornos muito específicos:

“Raramente acontecia. Mas eu, por acaso, até adorava dançar uma boa marrabenta. Assim que, na brincadeira, no Polana tocavam uma marrabenta, eu era das primeiras pessoas a ir dançar. Naquela época era muito giro saber dançar um bocadinho. (...) Mas era só de vez em quando, um toquezinho. Na brincadeira. Como aqui nos casamentos quando passam uma música pirosa. Ninguém tinha essa música em casa para ouvir. Pelo contrário. Os cantores da moda eram todos brancos. (...) A marrabenta era só para brincar.”

Este quadro é parcialmente alterado a partir de meados da década de 60, data a partir da qual as políticas coloniais do Estado Novo introduzem algumas alterações importantes no que se refere ao estatuto legal das populações “indígenas”⁷. Embora com impactos muito restritos, esta inflexão teve, na opinião de duas entrevistadas pertencentes a famílias distintas, repercussões ao nível da visibilidade e do estatuto atribuído aos artistas africanos:

“As coisas alteraram-se quando a Srª D. Maria das Neves, mulher do Governador Baltazar Rebelo de Sousa, começou a “dar a mão” e a “arranjar” bolsas da Gulbenkian para alguns artistas africanos. Ela começou a visitar os ateliers desses artistas e, então, “virou moda”. Os intelectuais e as pessoas que queriam parecer mais “iluminadas” começaram a prestar atenção à pintura e à literatura. Foi nos anos 60, época em que nas colónias começa a desenvolver-se um sentimento de “africanidade”. Tudo tem a mesma sintonia. As exposições deixaram de ser exclusivamente com artistas que viviam e pintavam “à portuguesa”, de acordo com a sua cultura, e começaram a aparecer artistas já com pintura moçambicana genuína”.

Embora a generalidade dos entrevistados reconheça e aponte os nomes de alguns artistas moçambicanos que se afirmaram nesta época – Chissano e Malangatana Valente nas artes plásticas e Craveirinha na literatura constituem as referências mais nomeadas - o facto é que apenas uma minoria afirma ter feito parte do grupo limitado de colonos de origem portuguesa atento a este campo de produção emergente: *“eram sobretudo os intelectuais mais avançados. Professores universitários, ou pessoas com outra abertura de espírito.”* Sendo um campo de produção muito restrito e

com uma visibilidade limitada e recente, a valorização da arte africana constituía, na opinião das famílias, uma realidade circunscrita a um pequeno grupo que, apesar de bem colocado na estrutura social da colónia, não era representativo da generalidade da sua elite. Assim sendo, não é pois de estranhar que, no conjunto dos entrevistados, existam apenas duas referências explícitas à existência em suas casas de obras representativas deste movimento artístico.

3. Conclusão

Em síntese, as descrições dos espaços domésticos e das práticas de consumo apresentadas revelam a existência de dois princípios centrais para a discussão que se pretendeu realizar.

No que respeita ao primeiro, a leitura crítica dos registos recolhidos indicia a existência de uma continuidade argumentativa entre o modo como os sujeitos descrevem as suas pertenças sociais e os enunciados utilizados para caracterizar as práticas de consumo das diferentes casas onde residiram em Moçambique. Como foi sendo observado ao longo do artigo, os discursos sobre as “casas de África” são reveladores de uma identidade social assente em princípios de clara demarcação face aos demais grupos sociais presentes na colónia. Esta constatação remete para o que Glover, no contexto de estudo sobre a função social das “casas coloniais inglesas na Índia”, denomina por “*significância do discurso sobre a esfera doméstica na constituição do poder colonial*” (supra, 2004: 62). De acordo com o autor, ao transportarem consigo para as colónias os ideais da casa enquanto contexto expressivo e “refúgio” da esfera pública, as populações europeias não se limitam a reproduzir as representações burguesas sobre o espaço doméstico. Para além de cumprir essa função, a materialização deste ideal é igualmente accionado para delimitar uma fronteira clara em relação ao “mundo exterior”:

“The home was seen as both a refuge from the unfamiliar world outside, and a potential catalyst for the social improvement of the ‘Native’ society. Maintaining the proper domestic arrangements in the colony was seen as a bulwark against the feared dissolution of character that might come about through the exposure to the tropics.” (Glover, 2004: 62).

No que respeita às famílias em estudo, este exercício é realizado a partir de uma dupla argumentação. Por um lado, afirma-se a valorização de uma “*estética europeia*”, por oposição a uma desvalorização dos elementos representativos de outros campos de produção, sobretudo dos africanos. Por outro, reforça-se a afirmação da especificidade apresentada ao nível

dos seus capitais económicos e culturais através de uma série de indicadores, como por exemplo quando se explicita a preferência por objectos “autênticos”, por contraponto às “réplicas” produzidas na colónia, ou se sublinha a possibilidade de aceder, valorizar e integrar hábitos, rotinas e objectos provenientes de outros contextos que não o da origem e, com excepção do caso específico dos consumos artísticos de que se deu conta, de África. Uma vez mais é possível e pertinente estabelecer um paralelo com a situação descrita por Glover (2004), no que respeita às “casas coloniais inglesas na Índia”. Tal como o autor refere, também os discursos das famílias em estudo são reveladores de uma estratégia de afirmação identitária que, para além da clara demarcação face aos outros grupos étnicos existentes na colónia, procura em simultâneo promover um conjunto de mecanismos de distanciamento em relação às populações originárias da metrópole menos bem posicionadas:

“Keeping a proper home, with its requisite furnishings and appliances, was one way of making the bungalow an “Island of Englishness” (...). Even within the White community, however, differences in status were open to view, and the bungalow was an important site of social anchorage for marking and maintaining those differences.” (supra, 2004: 68).

As informações decorrentes da análise dos discursos sobre as práticas de consumo doméstico das famílias constituem, deste modo, um campo relevante para o entendimento das suas estratégias de afirmação identitária, sobretudo no que respeita às dimensões decorrentes do posicionamento que ocupavam no quadro geral da colónia. No entanto, e apesar da sua visibilidade, os dados recolhidos são igualmente reveladores de uma série de outras especificidades identicamente importantes para a caracterização das suas experiências de vida na colónia. A que porventura assume maior visibilidade diz respeito às representações face à metrópole. Como foi referido anteriormente, os discursos sobre as relações com a origem pautam-se pela explicitação de um distanciamento acentuado face à sociedade metropolitana. A coerência presente na maioria das argumentações apresentadas é, no entanto, parcialmente quebrada quando se observam com atenção as múltiplas referências apresentadas acerca das práticas de consumo. Muito embora as argumentações que ilustram as especificidades identitárias dos “portugueses de Moçambique” se mantenham (especialmente no que respeita à incorporação de um conjunto de traços identificados com a cultura inglesa), os relatos revelam igualmente a reprodução de uma série de elementos que decorrem do património cultural de origem. Embora presente numa pluralidade de objectos e práticas de consumo (têxteis, faiança, mobiliário), é nos consumos alimentares que a persistência da

“herança portuguesa” se faz notar com maior visibilidade. Como pôde ser observado, os hábitos alimentares quotidianos, para além de relevadores da existência desta ligação, constituem igualmente o mecanismo a partir do qual foram explicitados outros indicadores importantes, como sejam a comemoração de festividades populares ou a valorização de determinados consumos descritos como “*tipicamente portugueses*”. As afirmações: “*Moçambique era Portugal*” e “*éramos portugueses com muita honra*” surgem, significativamente, pela primeira vez enquadradas nos discursos sobre as práticas de consumo doméstico o que, por si, constitui um importante factor de justificação da potencialidade deste campo de análise para a explicitação dos complexos processos de afirmação e consolidação das identidades.

O segundo princípio diz respeito ao modo como as descrições dos consumos domésticos são relevadoras da coexistência de múltiplos padrões organizadores dos mesmos. Se é possível observar uma linha dominante através da qual se afirmam e legitimam princípios de distinção social, os dados possibilitam igualmente a emergência outros traços que, embora de âmbito mais restrito, são também significativos. Assim, a par da afirmação de um conjunto de objectos e de práticas ilustrativos de um contexto marcado por princípios de “sofisticação” e “prestígio”, encontram-se igualmente registos indiciadores de consumos que se afastam destas lógicas. O mesmo se passa com respeito ao modo como se descrevem objectos, hábitos, gostos e rotinas, em termos da sua “proveniência”. A valorização de princípios “estéticos europeus” convive com a integração de outras referências não europeias que, apesar de mais restritas, assumem também uma posição relevante (o caso do caril, descrito como “prato nacional” é um dos exemplos mais visíveis) e, nesse sentido, constituem elementos particularmente reveladores da complexidade que caracteriza este campo específico de práticas (Silverstone e Hirsch, 1994; Clarke, 2001, Miller, 2001).

Não contrariando a presença neste campo de uma argumentação dominante e muito semelhante ao modo como as experiências de vida e os posicionamentos sociais foram descritos, os registos sobre os consumos domésticos, para além de contribuírem para a sua legitimação e reforço, possibilitam que outras antes não invocadas se tornem visíveis. Embora se confirme a existência de uma identidade grupal relativamente fixa e definida a partir de um exercício explícito de demarcação face à generalidade da população da colónia e da metrópole, é possível enunciar igualmente uma série de particularidades que se revelaram importantes

contribuições para a caracterização das trajectórias coloniais percorridas por estas famílias.

Bibliografia citada

- APPADURAI, A. (2003b) [1986], "Introduction: Commodities and the Politics of Value", in Appadurai, A. (ed.), *The Social Life of Things*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-63.
- BHABHA, H. K. (2002) [1994], *The Locations of Culture*, London, Routledge.
- BOURDIEU, P. (1979), *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit..
- DOUGLAS, M., ISHERWOOD, B., (1996) [1979], *The World of Goods*, London, Routledge.
- GLOVER, W. J. (2004), "A Feeling of Absence from Old England": The Colonial Bungalow", *Home Cultures*, 1, London, Berg, pp. 61-82.
- GOSDEN, C. & KNOWLES, C. (2001), *Collecting Colonialism. Material Culture and Colonial Change*, Oxford, Berg.
- KOPYTOFF, I. (2003) [1986], "The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process", in Appadurai, A. (ed.), *The Social Life of Things*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 64-91.
- LURY, C. (1997), *Consumer Culture*, Cambridge, Polity Press.
- MILLER, D. (1987), *Material Culture and Mass Consumption*, Oxford, Blackwell.
- MILLER, D. (1995a), "Consumption Studies and the Transformation of Anthropology" in Miller, D. (ed.), *Acknowledging Consumption: a Review of New Studies*, London, Routledge, pp. 264-294.
- MILLER, D. (1995b) (ed.), *Worlds Apart. Modernity through the Prism of the Local*, London, Routledge.
- MILLER, D., (1998a) "Why Some Things Matter", in Miller, D. (ed.), *Material Cultures: Why Some Things Matter*, London, The University of Chicago Press, pp. 3-21.
- MILLER, D. (1998b), "Coca-Cola: a Black Sweet Drink from Trinidad", in Miller, D. (ed.), *Material Cultures: Why Some Things Matter*, London, The University of Chicago Press, pp. 169-187.
- MILLER, D. (2001), "Behind Closed Doors", in Miller, D. (ed.), *Home Possessions. Material Culture Behind Closed Doors*, Oxford, Berg, pp. 1-19.
- SILVERSTONE, R., HIRSCH, E. (eds.) (1994), *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Space*, London, Routledge.
- THOMAZ, L. F. (1998), *De Ceuta a Timor*, Algés, Difel.